

O CONHECIMENTO HISTÓRICO E A COMPREENSÃO DO PASSADO: O HISTORIADOR E A ARQUEOLOGIA DAS PALAVRAS

Ricardo da Costa

Prof. Adjunto de História Medieval. Departamento de História da UFES.
E-mail: ricardocosta@ebrnet.com.br

The historical knowledge and the comprehension of the past: the historian and archaeology of the words

Resumo: O texto trata *hermenêutica imaginativa* como método para a abordagem de documentos históricos – utilizando a arqueologia das palavras como fase decisiva da compreensão do passado – e a distinção entre *passado histórico* e *passado prático* como suporte teórico que distingue o historiador dos outros pesquisadores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: hermenêutica - compreensão - metodologia - teoria

Abstract: The text deals with imaginative hermeneutics as a method for the treatment of historical documents – using the archaeology of the words as a decisive phase towards the understanding of the past – and with the distinction between *historical past* and *practical past* as the theoretical support that distinguishes the historian from other researchers in the field of the Social Sciences.

KEY-WORDS:

hermeneutic - comprehension - methodology - theory

1. A ESCOLHA DO TEMA E O AMOR

“Amei apaixonadamente o Mediterrâneo...”
(BRAUDEL, 1995: 21)

Não é à toa que Fernand Braudel marcou época e que seu *Mediterrâneo* é um clássico. O mínimo que se pode dizer a respeito dessa obra é que ela ampliou as possibilidades do gênero em que foi escrita, isto é, a História (BURKE, 1992: 56). E logo a primeira frase do livro conjuga o verbo amar. Portanto, seguindo a pista de Braudel, é preciso deixar bem claro uma coisa: para se escrever boa história, “ou qualquer coisa boa, na verdade” (TUCHMANN, 1989: 7), deve-se ter paixão pelo assunto. Embora contraditório, o conceito mais preciso para definir o que quero dizer é *paixão racional*: pensar nele, gostar dele, dormir com ele, discuti-lo apaixonada e racionalmente com os amigos e com os inimigos. Sem esse envolvimento, sem esse sentimento, sem essa *paixão racionalizada* e sem esse amor, o historiador estará fadado ao fracasso, pois não criará a comunicação necessária e fundamental ao seu ofício. Cativar, envolver, dar prazer ao leitor, encantá-lo, fazer com que ele tenha vontade de virar a página, essas são obrigações imperativas de quem lida com as palavras.

No entanto, infelizmente essa não é uma prerrogativa em nossos cursos de História. *Quando* se ensina a escrever, ensina-se a escrever mal. A regra (ainda) é: quanto mais enfadonho o texto, mais científico e mais estimado ele o será. A forma não é importante, o importante é o conteúdo e a função daquilo que você escreve. Palavras são palavras...

Vou dar apenas um exemplo, dos muitos que presenciei. Certa vez, há pouco mais de dois anos, em uma aula de um curso de pós-graduação *lato sensu* na UFES, ao tratar da importância da forma para se chegar ao conteúdo, dissertei para a turma sobre a necessidade do texto agradável, de se buscar a beleza da forma. Estética. Estupefata, uma aluna retrucou que fazia História para conscientizar as massas, não para dar prazer ao seu leitor. Uma parte significativa da turma concordou com ela. Perguntei então como ela conscientizaria as massas sem arregimentar leitores: como ela conquistaria seu leitor, futuro revolucionário, se não tivesse um bom texto? Ainda brinquei com isso: disse a ela que, depois de uma noite de amor com seu marido, que pedisse a ele, satisfeito, saciado e esgotado, que ouvisse a leitura de sua monografia. Se de bom grado ele aceitasse e gostasse

do texto, e *só se ele gostasse do texto*, ela poderia então me entregar o trabalho. Caso contrário, eu seria o único a ler a monografia, e ainda contra a minha vontade.

A turma riu – ninguém acreditou que o marido dela ouvisse ou lesse a monografia da menina revolucionária. Ou seja, quase todos escreveriam suas monografias somente para o professor dar a nota, pouquíssimos estavam ali por prazer ou porque sinceramente gostavam de História. Quem eles conquistariam?

Depois das gargalhadas de todos, perguntei à aluna: como é que ela pretendia fazer a revolução da conscientização das massas a partir de seu texto se nem seu marido o leria, somente eu, pobre, infeliz e oprimido professor, e mesmo assim obrigado pelas circunstâncias? A coitada da menina não me respondeu, parece que ficou em crise – e eu nunca soube se ela mudou de idéia a respeito (bem, li seu trabalho e, infelizmente, foi muito chato lê-lo).

Assim, é fundamental que o historiador, antes de tudo, ao escolher o tema de sua pesquisa, o faça porque gosta *muito* do assunto, porque se apaixonou por ele, e não porque um professor sugeriu (ou impôs) como um tema original e importante para a conscientização das massas, ou para “fazer do homem o construtor consciente de seu futuro” (FONTANA, 1983: 10).

2. A ABORDAGEM DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS E O AMOR

Da *paixão* pelo assunto, passo ao ponto seguinte, o *amor*, natural consequência do primeiro. De antemão, deve haver uma postura metodológica essencial presente no historiador em seu processo de reconstrução histórica: o amor. Pois o exercício de apreensão e compreensão do passado, do passado que aconteceu, do passado registrado, é como o próprio ato de educar: é um *ato de amor*, amor na plena acepção da palavra, um dar sem esperar nada em troca, um olhar para trás e desejar apenas entender o que aconteceu, participando de uma perspectiva comum com o texto estudado (GADAMER, 1998: 59).

O historiador é um *voyeur*. Em um sentido metafórico, é um *voyeur necrófago*. *Neurótico obsessivo* por excelência, ele se interessa pelos mortos. Os mortos nos afetam (SCHUBACK, 2000: 20). Esse interesse mórbido faz com que ele leia o que os mortos escreveram, textos muitíssimo desinteressantes para a maioria dos mortais comuns. Ao ler

aqueles textos produzidos, ao ver aquelas imagens pintadas e esculpidas, ele faz uma *regressão*, uma *regressão temporal*. E para que essa *regressão temporal amorosa* seja fruída saborosamente e livre de preconceitos, o historiador não pode e não deve estar contaminado pela tentação de possuí-las, de dominá-las, de alterá-las com suas palavras (ou mesmo destruí-las), mas sim de entender aquele tempo que escolheu para devanear (MATTOSO, 1988: 18). O passado aconteceu, não temos como alterá-lo (GADDIS, 2003: 29). O que devemos fazer, no mínimo, é não ocultar os fatos.

Vou dar o exemplo de dois conhecidos historiadores do público brasileiro que para minha imensa tristeza ocultaram fatos que conheciam e que poderiam alterar significativamente a percepção de seus leitores: Edward Carr e Eric Hobsbawn. O primeiro, em seu *Que é História?* (1982), foi omissos a respeito dos horrores, das brutalidades e das perseguições que sabia terem acontecido na União Soviética. Em seu livro, ele ocultou esses fatos que conhecia em nome da idéia de *progresso*, e também “para dar um significado final à revolução” (GADDIS, 2003: 146); Hobsbawn, igualmente, desde cedo sabia das atrocidades cometidas pelo comunismo soviético, mas somente após o fim do regime teve coragem de dizer que “subestimou” aqueles horrores – como se um horror já não fosse suficiente. Em sua autobiografia, Hobsbawn diz ter um *arrependimento retrospectivo*, pois reconhece que não reconhecia limites ao preço que exigia que os outros deveriam pagar para que sua utopia se realizasse (HOBSBAWN, 2002: 219-220).

Entendo o que aqueles historiadores fizeram – omitir. Os homens omitem coisas com frequência. Mas não compartilho dessa postura. O que sinto em relação a isso é uma profunda pena. Para se fazer boa história, deve-se ser honesto, não ocultar nada que se saiba ter acontecido. O historiador que coloca sua ideologia ou seu sistema explicativo acima da História, tem diante de si a tentação de preferir fatos que se ajustem à sua idéia (TUCHMANN, 1989: 15), e ocultar o que sabe que pode fazer com que seu leitor discorde dele. Nesses casos, ele é um *propagandista político*, nunca um historiador. Para esses, a História é apenas um instrumento a serviço de uma causa, não um fim em si.

Para que isso não aconteça, para que a prática do historiador seja verdadeira, para que sua paixão seja racional e não obscureça sua capacidade de pensar e de julgar, deve-se ter amor ao passado, não esperar nada dele, não querer que ele tenha sido outra coisa a não ser o que ele realmente foi. Se por um lado não podemos ocultar nada que saibamos ter

acontecido, por outro, não devemos ter um comportamento de suspeita e de malícia, e querer ver o que não está escrito, subentendendo tudo o que está registrado como um depoimento de segundas intenções. Henri Marrou definiu muito bem a atitude do verdadeiro historiador. Não podemos ter com as testemunhas do passado uma atitude rabugenta e carrancuda, como se elas estivessem *a priori* mentindo e ocultando algo. Essa, para o historiador francês, é a atitude do mau investigador, para quem todos são culpados até prova em contrário. Devemos ter uma posição oposta, pois em História realizamos uma *investigação retrospectiva*, ou, como denominou Carlo Ginzburg, o *paradigma indiciário* (GINZBURG, 1991: 171).

A suspeita *a priori* das fontes, ao invés de ser uma qualidade, é uma *superexcitação do espírito crítico*. Quando o historiador age dessa forma, não consegue reconhecer o significado real, o alcance, a profundidade e o valor dos documentos que estuda. Uma atitude desse tipo é tão doente e perigosa em História como na vida cotidiana. Nesse caso, o historiador é como aquela pessoa que sempre vive desconfiada, com medo de ser enganada ou iludida (MARROU, 1978: 78-79), um pouco semelhante a um número não desprezível de colegas professores universitários.

Por exemplo, ao ler o depoimento de Hobsbawn, embora o considere imperdoável, eu acredito que ele tenha sido realmente sincero: a força da utopia socialista foi tal em sua mente que fez com que ele fosse induzido ao erro e omitido coisas importantes que sabia terem ocorrido na União Soviética. Essa crença em mim torna seu depoimento ainda mais dramático, pois a franqueza e a honesta busca de Hobsbawn pela História não ocorreu em seus textos sobre o socialismo real. Isso é particularmente triste pela enorme estatura daquele historiador.

3. A HERMEUÊUTICA IMAGINATIVA

Para conseguir fugir da armadilha da seleção viciada dos textos, para se desvencilhar da tentação da mentira e da ocultação das informações que se tem acesso, enfim, para se fazer uma boa e apaixonada história, o historiador deve sair de si mesmo, deve se tornar acessível e ir ao encontro do outro (MARROU, 1978: 71). Esse esforço histórico só é possível se há nele o desejo de se enriquecer, de estar disponível a ouvir o que os

documentos históricos têm a revelar, e não projetar sobre eles idéias ou teorias preestabelecidas. O passado pode nos enriquecer apenas se o procurarmos livres de qualquer tipo de censura prévia (FERNANDES, 1999). Esse *comportamento mental de amor* que proponho para o historiador, deve ser um pouco como o ato de fé da sabedoria religiosa: “A sabedoria que reside no núcleo das religiões não se entrega ao olhar malicioso. É isto que Cristo quer dizer quando pede que nos tornemos como crianças” (CARVALHO, 1997).

Em contrapartida, sabemos que o movimento de encontro ao outro é sempre antecedido por um preconceito, por uma pré-compreensão. Sempre construímos ou possuímos idéias a respeito daquilo que nos propomos estudar. Para dissipá-las, o historiador deve anteceder sua leitura com uma reflexão de suas idéias pré-concebidas. Ele deve investigá-las e se purificar delas. Isso é o que Gadamer chama de *radicalização do ato de compreender* (GADAMER, 1998: 62 e 65). A expectativa é que o texto que está sendo lido informe algo ao historiador – e é por isso que não se deve ter premeditadamente uma atitude de suspeita com ele. Pois como se poderia esperar uma informação de algo que se suspeita? Pelo contrário, devemos estar abertos à riqueza e à alteridade da informação que o texto nos traz.

Essa pré-compreensão, esse pré-conceito na mente de quem lê, deve ser permanentemente observado e repensado, pois cada vez que nos aproximamos de um texto de época, nossos *esboços de sentido* são alterados e tendem a ser aperfeiçoados (GADAMER, 1997: 404). Esses esboços são reinterpretados a cada leitura feita: é o chamado *círculo hermenêutico*. A figura perfeita do círculo representa o desejo da busca e especialmente as repetições das leituras sistemáticas. O objetivo dessas releituras é assegurar a construção do *tema científico*, elaborando conceitos a partir da coisa em si (HEIDEGGER, 1988: 141), e não o que falam dela. O objetivo, além de fortalecer uma interpretação a partir *do* texto, é confrontar a verdade daquele texto com as opiniões prévias existentes no leitor.

A melhor forma de resistir aos preconceitos e pré-compreensões existentes e persistentes em nós, é sempre retornar aos documentos de época, sempre realizar o *círculo hermenêutico* de leitura. Lendo, relendo e confrontando nossas idéias. São os textos que devem dar o tom, a natureza e o conteúdo do que se deseja dizer. A interpretação, nesse

sentido hermenêutico, está quase fiel às palavras escritas na época que se escolheu para pesquisar e conhecer.

Então, cabe uma pergunta: como sabemos exatamente o sentido preciso das palavras que lemos? Os *hermeneutas radicais* dirão que um resultado interpretativo definitivo é impossível: sempre teremos em cada leitura uma nova interpretação, uma nova perspectiva e uma nova abordagem do texto lido. É possível. No entanto, situo-me em um meio-termo. Não creio que exista esse *ad infinitum* interpretativo. Tenho muita confiança em nossa capacidade de entendimento para me render a uma impossibilidade dessa natureza. Mas para explicitar melhor o que penso ser uma hermenêutica realmente interpretativa, vou recapitular o que já disse aqui antes de passar à busca do sentido das palavras.

Como sabemos, o historiador lida com palavras. Palavras que lê *do passado*, palavras que fala *no presente*, palavras que escreve *para o futuro*. Quando o historiador se debruça sobre um passado, quando se apaixona e se dispõe a devanear, a percorrer e imaginar um determinado tempo que lhe é *necessariamente* diferente, ele deve fazê-lo, como disse antes, de uma maneira racional e amorosa, nunca distorcendo-o ou adaptando-o aos seus preconceitos. Esse é a primeira postura metodológica.

A segunda postura intelectual íntima é uma espécie de autocrítica: antes de ler o documento que selecionou, o historiador deve confrontar suas opiniões preconcebidas a respeito daquele assunto que decidiu investigar, opiniões que foram construídas quase sempre com falsas premissas, baseadas no senso comum ou em juízos seculares, mas pouco postas à prova e muitas vezes sem qualquer base documental. Gadamer diz que devemos radicalizar esse ato antecipatório de compreender e fazer uma *purificação mental*, livrando-nos dos juízos perniciosos em busca da melhor compreensão. Só então devemos ir ao documento, ao texto, e recuar no tempo.

Se percorrermos esse caminho, ao passarmos à fase de leitura do documento quase sempre nos depararemos com uma diversidade humana desconcertante, com uma variedade e uma riqueza de códigos de expressão que dificultará uma visão racional e sistematizada (BATANY, 2002: 383), pois a História é sempre o estudo do particular, do irrepetível, do único. Mas que isso não nos desanime e nos leve por uma trilha mais fácil. Georges Duby nos conta que muitas vezes dispunha sobre sua mesa de trabalho as fichas que havia anotado dos documentos que lera, textos dos séculos X-XIII. Aquele contato era, para o

grande historiador, um cativante *jogo propiciatório de cartas*: Duby esperava que daquela aproximação surgisse alguma revelação. Para ele, a busca do sentido daquelas palavras, sentido que se havia perdido na fumaça do tempo, era um jogo cativante cujos encantos eram semelhantes aos da exploração, da investigação e até mesmo da adivinhação (DUBY, 1993: 41-42 e 51-52).

4. A ARQUEOLOGIA DAS PALAVRAS

Após esses procedimentos preparatórios e compreensivos, o historiador finalmente lê. E antes de interpretar o que lê, ele busca o sentido das palavras lidas, o que os homens do passado *quiseram* dizer, o que *tentaram* dizer com aquilo, relacionando aquele conteúdo com seu contexto histórico e social, pois os textos são, antes de tudo, um produto histórico (TUCK, 1992: 274-275).

Nesse processo de reconstrução histórica, ainda há a necessidade imperativa de se reconhecer no texto. De algum modo, o historiador deve tentar se ver espelhado no que lê, deve tentar se transportar para o espírito daquela época e compartilhar a *experiência comum de humanidade* existente entre quem observa – no caso, quem lê o que aconteceu – e quem está sendo observado – quem escreveu o que está sendo lido. Márcia Schuback afirma que nessa busca de humanidade comum, de reconhecimento existencial, o intérprete consegue lentamente achar a sintonia do ritmo do texto, o tempo comum entre ambos (SCHUBACK, 2000: 19 e 33).

Essa busca da *afinidade existencial* entre o leitor e o texto não é novidade. Marc Bloch já havia percebido a necessidade de existência, tanto na natureza quanto nas sociedades humanas, de um *fundo permanente* por trás da passagem do tempo, pois sem esse *pano de fundo existencial* que damos o nome de *humanidade*, os próprios nomes *homem* e *sociedade* não teriam qualquer significado (BLOCH, 1997: 99). Para se compreender os homens do passado devemos, portanto, partilhar algo de seus sentimentos, de seus pensamentos e de suas perspectivas (LORAUX, 1994: 60). Isso nada mais é que buscar o anacrônico para se chegar ao diacrônico, o mesmo paradoxo que destaquei no início desse texto entre a necessária paixão pelo assunto e o igualmente necessário

racionalismo para tratá-lo. *Paixão racional, anacronia diacrônica*: parece que o historiador está sempre em uma tensa faixa tênue que marca a distinção entre dois limites opostos.

Essa transposição para os processos espirituais de outro sujeito é, de certa forma, uma interpretação psicológica de si mesmo, uma *possessão* (SCHUBACK, 2000: 18), uma *possessão histórica*. Ao tentar se reconhecer e se ver espelhado no texto, ao realizar aquele processo mental de compartilhamento do que é humano e sempre demasiado humano, o historiador também realiza um processo psicanalítico (GAY: 1989), ele se auto-psicanaliza. Ou, dizendo hermeneuticamente, a História é um caso que faz parte do *compreender existencial* (KOSELLECK, 1997: 69). Para isso, para sentir o texto em si, deslocando-se para o tempo passado e permanecendo no tempo presente, ele deve fazer uma projeção temporal de sua própria maturidade. Sim, a História é para os maduros. Em outras palavras, o historiador-intérprete deve incorporar o tempo passado como um médium e ter a humildade de saber o quanto é insignificante em relação ao que o precedeu. Isso ajuda – e muito – a inclinação adolescente (e de muitos historiadores) de relacionar o mundo para si ao invés de relacionar-se com o mundo (GADDIS, 2003: 20).

Vou dar um pequeno e simples exemplo prático dessa *incorporação histórica*. Como se sabe, os homens medievais deram um grande destaque em seus escritos aos sete pecados capitais (luxúria, gula, inveja, preguiça, avareza, orgulho e ira) – a propósito, teremos nesse ano de 2004 um congresso em Porto Alegre que tratará desse interessantíssimo e sempre atual tema. Bem, ao traduzir dois textos em forma de sermões do filósofo Ramon Llull (1232-1316) sobre os pecados capitais para apresentar naquele congresso, à medida que traduzia, fui tentando “sentir” em mim, em minha mente e em meu corpo, o que o autor queria exemplificar, naturalmente de uma forma muito menos angustiante e “culpada”.

Por exemplo, quando ele, no distante século XIII, se refere ao “homem glutão e guloso” como uma pessoa que é “escrava de seu ventre”, que “vive para comer e não come para viver”, que vai às festas sem ser convidado só para comer e, por tudo isso, tem seu ventre sempre trabalhando e dilatado (que ele chama de “sanfonado”), eu tentei imaginar e me lembrar quantas e quantas vezes bebi muito, ou comi e me empanturrei de comidas mesmo sem fome, e o sentimento terrível e posterior que senti àquela gula: uma grande depressão e tristeza por ter comido demais, quando então prometia a mim mesmo que no dia seguinte não faria mais isso para melhorar minha silhueta... Então relacionei todas essas

minhas experiências físicas e mentais com o texto, com o tom de horror que o escritor do século XIII se referiu ao glutão. E embora muitas das metáforas que o autor escreveu em seu diálogo com Deus não reverberassem inteiramente em mim, fazendo com que eu não alcançasse completamente aquela *experiência comum de humanidade* a qual se referiu Marc Bloch e Márcia Schuback, eu traduzi, corrigi, li e reli aqueles textos, às vezes em voz alta, às vezes declamando, todas aquelas exclamações, repetições e exortações que o filósofo escreveu, tentando me ambientar e entrar em sintonia com aquele tempo, ao mesmo tempo tão distante e tão próximo de nós, pois muitas daquelas sensações ainda compartilhamos hoje.

Como se vê, essa *arqueologia das palavras* ultrapassa a decodificação da língua em que o texto foi escrito e a descoberta correta de seus sentidos semânticos (SCHUBACK, 2000: 33). Para encontrar a expressão da sensibilidade coletiva registrada no texto, além de se chegar ao implícito, aos silêncios e atos falhos do escritor (FRANCO JR, 1999: 17), o historiador deve sentir e incorporar o sentido profundo das palavras que lê. A hermenêutica imaginativa de Márcia Schuback que tratei aqui aprofunda o *campo de ressonância* compreensivo que o historiador deve ter para ressuscitar e fazer compreender aos seus contemporâneos o pensamento registrado de outro alguém (SCHUBACK, 2000: 36).

5. CONCLUSÃO: A HISTÓRIA É O PASSADO HISTÓRICO DO HISTORIADOR

Feitas essas considerações a respeito dos procedimentos preparatórios que antecedem a leitura e a forma de ressuscitar o passado, concluo relacionando a *hermenêutica imaginativa* com o sentido profundo do que é a História e qual a utilização que se deve fazer dela.

Recentemente tive a oportunidade de expressar minha opinião a respeito da utilidade prática do conhecimento histórico (COSTA, 2004). Existem basicamente duas formas de entendimento do uso do conhecimento do passado que acumulamos: 1) na tradição marxista, o passado serve para que o utilizemos como um instrumento de combate das injustiças e das desigualdades atuais. Assim, o historiador cumpre sua função, tornando-se o verdadeiro *intelectual orgânico gramsciano*. Nesse sentido, a História não é um fim e sim um instrumento para uma finalidade política específica: ela é uma *forma intelectual de*

combate (HEERS, 1994: 188-189) e de conscientização das massas; 2) em uma outra perspectiva, a História é uma forma específica de conhecimento que busca a compreensão do passado que aconteceu, e, como disse, o que aconteceu não pode ser alterado (GADDIS, 2003: 29). Essa busca é autolegitimadora. Se o conhecimento do passado é útil atualmente para conscientizar as massas ou não, é outra questão.

Na palestra de hoje tentei mostrar que a História com H maiúsculo não pode ser exercitada como apoio a um projeto político ou a outra finalidade qualquer. Ela é um *bem em si*, e essa é a melhor forma dela ser buscada por quem a deseja. Como a ginástica é boa para o corpo, a História é boa para a mente. De nada adianta todo o procedimento hermenêutico e arqueológico, de nada serve o amoroso preparo consciente de retorno no tempo se não apreendemos a História por seu valor intrínseco. Como bem disse o filósofo Simon Blackburn, comemos pão e a reflexão não coze o pão. Mesmo assim sempre refletimos, porque desejamos compreender-nos. Isso é um bem em si, e esse bem é um momento em que nos libertamos das questões práticas da vida (BLACKBURN, 2000).

A História até pode ser buscada quando queremos uma explicação para algo no presente. Esse é o *passado prático*, como afirma o historiador Michael Oakeshott. No entanto, esse passado é restrito ao nosso pequeno universo, à nossa família, cidade, país. E essa perspectiva é pobre, paupérrima. Ela impede o historiador de abrir suas possibilidades intelectuais, limita seu olhar para o passado ao alcance de seus olhos, ao seu horizonte restrito. Por exemplo, nessa visão, um brasileiro não poderia estudar a cultura chinesa, pois ela de nada explica o presente de nosso estado nacional.

Por isso, a História é sobretudo um *passado histórico*, aquele passado que é buscado pelo sincero desejo de saber, de conhecer, de entender (OAKESHOTT, 2004). Ele é um passado *por si*, e é ele quem forja o verdadeiro historiador. Só com essa amplitude e generosidade podemos fazer com que a compreensão do outro se realize plenamente e a História cumpra seu papel: fazer do historiador um intelectual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATANY, Jean. "Escrito/Oral". In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval I*. São Paulo: EDUSC / Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 383-395.

- BLACKBURN, Simon. “Para que serve a Filosofia?”. *Internet*:
http://www.criticanarede.com/fa_10excerto.html
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo na época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales. 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- CARR, E. H. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, Olavo de. *Entrevista publicada em Minerva - Informe Filosófico da UFPE*, n.º 5, maio de 1997. Publicada na *Internet*:
<http://www.geocities.com/Athens/Acropolis/6634/olavo2.htm>.
- COSTA, Ricardo. “Para que serve a História? Para nada...”. *Internet*:
http://www.ricardocosta.com/pub/para_que_serve.htm
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FERNANDES, Raúl Cesar Gouveia. “Reflexões sobre o Estudo da Idade Média”. In: *Revista VIDETUR – 6*. São Paulo: Editora Mandruvá, 1999. *Internet*:
<http://www.hottopos.com.br/videtur6>
- FONTANA, Josep. “Apresentação”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 07-10.
- FRANCO JR., Hilário. *O ano 1000. Tempo de medo ou esperança?* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HEERS, Jacques. *A Idade Média, uma impostura*. Lisboa: Edições Asa, 1994.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História. Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HOBBSAWN, Eric. *Tempos interessantes. Uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSELLECK, Reinhart, GADAMER, Hans-Georg. *Historia y hermenêutica*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1997.

LORAUX, Nicole. “Elogio do anacronismo”. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 60.

MARROU, Henri-Irenée. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OAKESHOTT, Michael. *Sobre a História*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SCHUBACK, Márcia Sá Cavalcante. *Para ler os medievais. Ensaio de hermenêutica interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

TUCHMANN, Barbara. *A Prática da História*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991.

TUCK, Richard. “História do Pensamento Político”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 273-289.